

PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A FORMAÇÃO INICIAL EM GESTÃO ESCOLAR: estudo da percepção de residentes do curso de Pedagogia

Ana Carolina Fernandes Borges¹

Prof^a Orientadora. Natalina Francisca Mezzari Lopes²

RESUMO

Este artigo, realizado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), objetivou verificar em que medida o Programa Residência Pedagógica - Núcleo Gestão Escolar da Universidade Estadual de Maringá (UEM/Sede) realizado no Edital de 2018-2020/CAPES atingiu ou não os objetivos propostos. O caminho escolhido foi ouvir os residentes egressos no sentido de compreender as percepções que tiveram de seus processos de formação e aprendizagem durante a participação no programa. A metodologia de estudo caracteriza-se como pesquisa de monitoramento (VAITSMAN; RODRIGUES; PAES-SOUSA, 2006) a qual foi realizada por meio de formulário *online* via *Google Forms*. Os resultados apontaram que a inserção na escola acompanhada por reflexões coletivas contribuiu para o aprofundamento de seus conhecimentos teórico-práticos sobre políticas educacionais, planejamento, gestão educacional, gestão escolar e gestão democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de educação; Gestão Educacional; Formação de professores.

ABSTRACT: This article, carried out as Course Completion Work (TCC), aimed to verify the extent to which the Pedagogical Residency Program - School Management Center of the State University of Maringá (UEM/Headquarters) carried out in the 2018-2020/CAPES Public Notice reached or not. proposed objectives. The chosen path was to listen to the egressed residents in order to understand the perceptions they had of their training and learning processes during their participation in the program. The study methodology is characterized as monitoring research (VAITSMAN; RODRIGUES; PAES-SOUSA, 2006) which was carried out using an online form via Google Forms. The results showed that the insertion in the school accompanied by collective reflections contributed to the deepening of his theoretical and practical knowledge about educational policies, planning, educational management, school management and democratic management.

Key words: Education policies; Educational management; Teacher training.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá/PR.

² Professora do Departamento de Fundamentos da Educação, UEM/PR.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de um estudo de monitoramento a respeito do Programa Residência Pedagógica - Núcleo Gestão Escolar (PRPP-Gestão Escolar), realizado no campus sede da Universidade Estadual de Maringá (UEM), entre agosto de 2018 e janeiro de 2020, com acadêmicos dos terceiros e quartos anos do curso de Licenciatura em Pedagogia.

O Residência Pedagógica é um programa do Governo Federal voltado para a inserção de acadêmicos de licenciaturas na vivência do ambiente escolar. O Programa oferece bolsas aos estudantes, fomentando sua iniciação à docência em instituições de educação básica. Desta maneira, o estudo aqui apresentado pesquisou residentes egressos do PRPP-Gestão Escolar, a fim de compreender as percepções que estes tiveram de seus processos de formação e aprendizagem no Programa.

O Residência Pedagógica foi implantado durante o governo de Michel Temer. Inicialmente, o governo federal tinha a intenção de substituir o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) pelo Residência Pedagógica, suprimindo o primeiro. Depois de ampla resistência de educadores, ambos foram mantidos. Educadores e pesquisadores também criticaram a vinculação compulsória dos planejamentos do Residência com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O caminho escolhido foi ouvir os residentes egressos no sentido de compreender as percepções que tiveram de seus processos de formação e aprendizagem durante a participação no programa. A metodologia de estudo caracteriza-se como pesquisa de monitoramento (VAITSMAN; RODRIGUES; PAES-SOUSA, 2006) a qual foi realizada por meio de formulário *online* via *Google Forms*.

Na primeira seção, intitulada “Políticas públicas, formação de professores e Gestão Escolar”, são trazidos os conceitos fundamentais da Gestão Escolar e da Gestão Democrática, além de uma retomada das políticas públicas e dos programas para formação inicial e continuada de professores no Brasil.

A segunda seção traz como título “O Programa Residência Pedagógica na UEM: Núcleo Gestão Escolar” e trata a respeito do Residência Pedagógica na Universidade Estadual de Maringá, sobre o Núcleo de Gestão Escolar e

seus objetivos, bem como detalha as atividades gerais a que os residentes se dedicaram ao longo do Programa. Na terceira seção, “A Percepção dos Residentes” são apresentadas e analisadas as respostas ao questionário de monitoramento aplicado aos residentes do Programa.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E GESTÃO ESCOLAR

Atuar na Gestão Escolar, ou seja, em tudo o que envolve a organização do trabalho administrativo e pedagógico da escola, é uma das atribuições do licenciado em Pedagogia. No quadro de trabalhadores da educação da rede estadual de educação do Estado do Paraná possui o cargo de “Professor Pedagogo”, o qual deverá desempenhar, prioritariamente, atividades que envolvem a articulação dos atores escolares e das normativas no processo de ensino aprendizagem. A Gestão Escolar, nos termos da Constituição/1988, deve ser regida mediante os princípios da Gestão Democrática, assim, entendemos que o profissional pedagogo deve ter uma sólida formação para atuar nessa área.

A formação inicial do pedagogo precisou ser repensada a partir de 2006, com a ampliação das atribuições em gestão escolar, as quais vieram com as mudanças na legislação e a necessidade de gerir a escola de forma democrática (Res. CNE 01/2006 - CP). Ocorreram profundas mudanças no Sistema Educacional Brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9394/96 “tanto em relação à gestão e à organização, quanto à ação educativa, ao consagrar como princípios: a liberdade, a autonomia, a flexibilidade e a democracia” (PARANÁ, 2016-2017, p. 28). Frente a esta realidade, novos papéis são atribuídos ao profissional pedagogo que exige uma formação que os prepare para a gestão da organização do trabalho pedagógico da escola no contexto das políticas e gestão educacional.

De acordo com Vieira (2007), a Gestão Educacional é o terreno das ações dos governos federal, estaduais e municipais, aos quais envolvem constantes negociações e conflitos. As mesmas estão ligadas ao âmbito político “das diferentes formas de articulação entre as instâncias normativas, deliberativas e executivas do setor educacional; e da oferta de educação

escolar pelo setor público e privado” (VIEIRA 2007, p. 60).

A Gestão Escolar, por sua vez, está ligada ao estabelecimento de ensino, ou seja, à forma de administrar a escola com objetivo de propiciar o bom desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, bem como aprimorar a qualidade do currículo, junto com a participação dos pais e da comunidade escolar.

Instaurada como princípio obrigatório à rede pública de educação no Brasil, pela Constituição Federal de 1988 e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, temos a Gestão Democrática do ensino. A mesma pressupõe a participação efetiva da comunidade escolar nos processos de organização da escola. Segundo Libâneo (2008), a Gestão Democrática

[...] baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões sem, todavia, desobrigar as pessoas da responsabilidade individual. (LIBÂNEO, 2008, p.123-124)

O trabalho do pedagogo-gestor está concentrado em todos os espaços da escola, cuja finalidade é de gerir a condução para a realização do projeto pedagógico cumprindo com sua função política, pedagógica e social (TAQUES *et al.*, 2010, p. 8). São amplas as funções desse profissional, conforme pode ser visto pela descrição do cargo do professor-pedagogo no Edital nº 17/2013 da Secretaria de Estado da Educação/PR, que foi o último concurso para profissionais efetivos da rede de educação do Estado do Paraná:

Atividades de Suporte Pedagógico direto à docência na Educação Básica, voltadas para planejamento, administração, supervisão e orientação educacional, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições: coordenar a elaboração e execução da proposta pedagógica da escola; administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos; assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes; prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; coordenar, no âmbito da escola, as atividades de

planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias; elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola; elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais; acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino. (PARANÁ, 2013, p. 02)

É importante ter presente que as atribuições do trabalho de pedagogo-gestor na instituição escolar, está ligada aos princípios constitucionais da Gestão Democrática e ao cumprimento dos mesmos para a efetivação da educação pública de qualidade. Isso se impõe uma vez que a Gestão Democrática da educação pública é uma política de Estado, não apenas um programa de governo. Garantida pela Constituição de 1988, a Gestão Democrática da rede pública continua sendo obrigatória, independente de partidos, pessoas, ou governos que passem pelo poder.

Normalmente há uma confusão entre o que são políticas públicas (de Estado) e o que são programas de governo. Quando um programa, por exemplo, Alimentação Escolar, Transporte Escolar, Dinheiro Direto na Escola e assim por diante, não é transformado em legislação poderá facilmente ser mudado em caso de transição de pessoas e partidos no comando. Para os programas tornarem-se duradouros com maior permanência, como os exemplos acima, necessitam de aprovação das instituições democráticas do país. Para isso, é preciso compreender a diferenciação entre Estado e governo. Noma e Koepsel (2010) fazem essa diferenciação dizendo que o Estado é formado pelas instituições permanentes e o governo é aquele que gerencia o Estado temporariamente, com mandatos de tempos determinados. O Estado é permanente, o governo é transitório.

No campo da formação de professores, houveram muitos programas no Brasil, iniciativas, ideias, mas muitas delas não tiveram continuidade ou duração por não terem sido pensadas e desenvolvidas como políticas de Estado. O Residência Pedagógica, objeto de nosso estudo, é um programa

instituído por decreto do governo federal, como forma de atendimento à Política de Formação Inicial de Professor.

A formação inicial dos professores, no Brasil, é regida por diversas legislações. Podemos aqui destacar algumas. O Plano Nacional de Educação, sancionado em 2014 (BRASIL, 2014), traz várias menções à formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Das 20 metas propostas no PNE, a meta 15 indica a necessidade de garantir política nacional de formação de professores, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Em relação à estratégia para a formação inicial, o PNE indica: “ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica” (BRASIL, 2014, 15.3).

Em 2016, a política de formação inicial de professores para atuar na Educação Básica, regida pelo Decreto nº 8.752/2016 (BRASIL, 2016)³ dispõe entre os princípios a “articulação entre teoria e prática no processo de formação, fundada no domínio de conhecimentos científicos, pedagógicos e técnicos específicos, segundo a natureza da função” (BRASIL, 2016, Art. 2º, V). O Decreto indica como “planejamento estratégico” a necessidade de “promover, em associação com governos estaduais, municipais e distrital, a formação continuada de professores da educação básica mediante integração ensino-serviço, inclusive por meio de residência pedagógica” (Art. 8, IV). Para a realização dos “planos estratégicos” o Ministério da Educação apoiará técnica ou financeiramente “programas de iniciação à docência, inclusive por meio de residência pedagógica” (BRASIL, 2016, Art. 11, VII).

A proposta da Residência Pedagógica se constrói no contexto da necessidade de melhoria dos índices de educação básica. Um dos caminhos amplamente debatido no Brasil é a formação inicial de professores abrangendo teoria e prática. Nesse sentido, é importante destacar o papel da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que, como o próprio nome diz, tem atuado, desde sua origem, na coordenação e incentivo à formação de professores para o nível superior especialmente junto a programas de mestrado e doutorado. Entretanto, em 2007 [a CAPES], passou também a

³ Este Decreto foi editado ainda no período de governo da presidenta Dilma Rousseff.

atuar na formação de professores da educação básica, ampliando o alcance de suas ações na formação de pessoal qualificado, no Brasil e no exterior. Essa mudança se deu por conta da Lei nº. 11.502 de julho de 2007, que modificou as competências e a estrutura organizacional da CAPES, abrindo, inclusive, a possibilidade de oferta de bolsas para formação inicial e continuada de professores da Educação Básica. Atualmente a CAPES gerencia, entre seus programas, o PIBID e o Residência Pedagógica atuando como uma importante instituição para o desenvolvimento de políticas de formação de professores da educação básica no Brasil.

São vários os programas existentes hoje para formação inicial e continuada de professores no Brasil. No quadro abaixo registramos algumas políticas de formação de professores em vigor no nosso país⁴. Os programas mencionados no Quadro 1, são voltados de uma forma ou de outra, para a formação de professores nos diferentes níveis, abrangendo o curso de pedagogia e demais licenciaturas.

QUADRO 1 - Políticas públicas para formação inicial e continuada de professores no Brasil (2001-2020)

PROGRAMA/DESCRIÇÃO	AMPARO LEGAL	INÍCIO
1) PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO PARA FORMAÇÃO INICIAL		
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES Financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação.	Lei nº 10.260, de 12/07/2001, Lei nº 13.530, 7/12/2017	2001
Programa Universidade para Todos (ProUni) Bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, para estudantes brasileiros ainda não graduados, em instituições privadas de ensino superior.	Medida Provisória nº 213, de 1º/09/ 2004; Lei nº 11.096, 13/01/2005	2005
2) PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA		
Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial Oferecer cursos de aperfeiçoamento ou especialização em educação especial, na modalidade a distância, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB).	Edital N°. 02 de 26 de abril de 2007 (MEC)	2007

⁴ Há uma página no site do Ministério da Educação (MEC) com o título “Programas do MEC voltados à formação de professores” (MEC, 2020a) e outra com título “Programas e Ações” (MEC, 2020b). O quadro 1 foi montado a partir das informações contidas nessas páginas e algumas outras levantadas separadamente. Damos prioridade para apresentar os programas, que acreditamos, contribuam para a formação inicial de professores e, apenas pontuamos, alguns direcionados à formação continuada.

Programa de Formação Inicial e Continuada, Presencial e a Distância, de Professores para a Educação Básica (PARFOR) Oferece formação a professores das redes públicas que, ou não possuem curso superior ou dão aulas em outras áreas, diferentes da sua área inicial de formação.	Portaria Normativa nº 09/2009-MEC	2009
3) PROGRAMAS DE MODALIDADES DIFERENCIADAS DE ENSINO E FOMENTO À PESQUISA		
Universidade Aberta do Brasil (UAB) Formação universitária por meio do uso da metodologia da educação à distância.	Decreto nº 5.800/2006	2006
Observatório da Educação Visa estimular o crescimento da produção acadêmica e a formação de recursos humanos pós-graduados, nos níveis de mestrado e doutorado, por meio de financiamento específico.	Decreto nº 5.803/2006.	2006
Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) Oferece apoio financeiro a projetos institucionais voltados para inovação dos cursos de formação de professores e melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos futuros professores.	Edital nº 02/2008 CAPES/SESU	2006
Programa Novos Talentos Fomentar atividades extracurriculares a professores e alunos da educação básica, no período de férias ou em horário que não interfira na frequência às aulas.	Portaria nº 112 de 04/06/2010 - CAPES	2010

Fonte: Elaborado com base na página do MEC (2020a e 2020b).

O Quadro 1 ajuda a visualizar, de modo mais amplo, algumas das políticas públicas para formação inicial e continuada de professores no Brasil, no período compreendido entre 2001 a 2020. O FIES, iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e o PROUNI, iniciado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), ambos visam fomentar a educação em nível superior. No caso do FIES, trata-se de um financiamento a ser pago pelo estudante depois da conclusão do curso. Já o PROUNI, trata-se de bolsas integrais ou parciais que custeiam as mensalidades ou parte delas. Nos dois casos, as redes privadas de ensino superior foram as mais beneficiadas com a expansão do seu público e com a quantidade de verbas públicas direcionadas para custear as mensalidades. Diversas críticas foram feitas aos dois programas que, na visão de alguns pesquisadores, podem ter contribuído, além da expansão de vagas para o ensino superior, com um aumento de vagas de má qualidade na rede privada de ensino (CHAVES, AMARAL, 2016).

Estão também elencados no Quadro 1, dois programas de formação continuada, um direcionado à formação de Professores na Educação Especial (2007) e o outro inclui a formação inicial e continuada de professores para a educação básica, o PARFOR (2009). Os programas de formação continuada

respondem há uma necessidade histórica de formação de professores para o atendimento às crianças com necessidades educativas especiais e a formação em nível superior dos docentes em exercício.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB), consiste numa rede de instituições públicas ofertando cursos de graduação e especializações na modalidade de Ensino à Distância (EaD). Esta política contribuiu para aumento das vagas públicas de ensino superior nos últimos anos. Elencamos, ainda, o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), com vistas à melhoria de cursos de licenciatura e o Programa Novos Talentos, realizado para além do período de trabalho, entre eles o período de férias para a melhoria da formação de profissionais para a área educacional. No âmbito da pós-graduação, destacamos o programa Observatório da Educação, que disponibiliza recursos para formação de professor e produção acadêmica.

No que tange a programas de bolsas de incentivo à formação no ensino superior foram identificados, conforme Quadro 2: PET, PIBID, PNAES e Residência Pedagógica. Estes programas oferecem, conforme seus objetivos, bolsas para acadêmicos de graduação.

QUADRO 2 - Programas de bolsa de incentivo à formação no ensino superior no Brasil (2001-2010)

PROGRAMA/DESCRIÇÃO	AMPARO LEGAL	INÍCIO
Programa Educação Tutorial (PET) Fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação.	Lei nº 11.180, 23/09/ 2005	2005 ⁵
Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) Valorizar o magistério e apoiar estudantes de licenciatura plena, das instituições públicas.	Portaria CAPES nº 38/2007. Posteriormente: Decreto nº 7.219/2010	2007 2010
Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) Direcionado a estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.	Portaria MEC nº 39, 12/12/2007; Decreto nº 7.234, 19/07/2010	2007 2010
Programa Residência Pedagógica (PRP) Oferece bolsa para estudantes de licenciatura para imersão planejada e sistemática em ambiente escolar.	Edital CAPES nº 06/2018	2018

Fonte: Elaborado pelo autor com base em MEC (2020a e 2020b).

⁵ O PET, anteriormente denominado “Programa Especial de Treinamento”, existe desde 1979 (BRASIL/MEC, 2001). Entretanto, reformulado, funciona desde 2005 na atual regulamentação.

O PET, Programa de Educação Tutorial é um programa que financia bolsas para formação de grupos de aprendizagem para estudantes de graduação. São feitas atividades envolvendo ensino, pesquisa e extensão, com a finalidade de enriquecer a formação inicial dos estudantes de graduação. Já o PNAES é um programa de bolsas direcionado a estudantes das instituições federais de ensino. Sua finalidade é subsidiar auxílios para permanência e êxito de estudantes de baixa renda em cursos de graduação. A formatação do PNAES varia entre as instituições que têm acesso ao programa.

O PIBID e o Programa de Residência Pedagógica, estão voltados necessariamente para a formação de professores para a educação básica, com bolsas aos estudantes das licenciaturas, servindo como iniciação à docência de seus bolsistas. Ao atentar para os anos de início destes programas, é inegável a vinculação de seu surgimento e expansão ao governo Lula, especificamente ao período em que Fernando Haddad esteve à frente do Ministro da Educação. O Programa Residência Pedagógica é decorrente do Decreto n. 8752/2016 no final do governo da Dilma Rousseff (2011 a ag.2016) e implantado no governo de Michel Temer (set.2016-2018). Com relação ao programa, segundo Jesus (2020), houve de início resistências pois as primeiras informações davam a impressão de um programa criado para fornecer mão-de-obra barata às escolas, aliviando a necessidade de contratação de professores licenciados. A vinculação obrigatória das atividades com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também não foi bem vista nos meios educacionais. Além disso, os objetivos do programa foram criticados, pois, segundo a mesma autora, haveria neles “um esvaziamento de conhecimentos teóricos para favorecimento do campo da prática; a ausência de uma perspectiva reflexiva sobre a prática, substituída por um caráter mais técnico-operacional” (JESUS, 2020, p. 40). Destaca, ainda, que:

Genericamente, o fundamento do programa estabelece-se como uma reformulação do estágio supervisionado, muito embora saibamos que haja uma complexidade de questões relacionadas à prática do estágio e sua dimensão na formação do licenciando. (JESUS, 2020, p. 41)

Jesus (2020) ainda afirma que há um consenso de que a formação inicial das licenciaturas seria precária, principalmente na relação entre teoria e

prática de modo que esses programas de iniciação à docência serviriam como formas de aprofundar os acadêmicos na vivência da escola, diminuindo as faltas da formação inicial. Diante disso, o cuidado que se deve ter é que a fórmula de tais programas não desfigure a relação teoria-prática, inserindo uma visão tecnicista da realidade escolar. Especificamente sobre as atividades do Residência Pedagógica - Subprojeto Gestão Escolar é que vamos tratar no próximo tópico.

2. O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA EM PEDAGOGIA-UEM núcleo GESTÃO ESCOLAR

O Programa foi realizado no período de agosto de 2018 a janeiro de 2020 com acadêmicos dos terceiros e quartos anos do curso de Licenciatura em Pedagogia da UEM, campus Maringá. O Programa Residência Pedagógica em Pedagogia (PRPP) desenvolveu-se de acordo com a Portaria nº 175-CAPES de 7 de agosto de 2018 e o Edital n. 06/2018-CAPES com os objetivos:

I. Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias; II. Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica; III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores. IV. Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (CAPES, 2018, 2.1)

A UEM participou do edital da Capes, citado acima, sendo contemplada com treze subprojetos do PRP, são eles: Artes, Ciências Biológicas, Educação Física Ivaiporã, Educação Física Sede, Filosofia, Física, Geografia, História EAD, História Sede, Língua Inglesa, Matemática, Pedagogia/Cianorte e Pedagogia/Sede. O Projeto Institucional da UEM, conforme registrado na Plataforma Freire:

busca consolidar a articulação da UEM com a comunidade local e regional, contribuindo para a consolidação da educação de qualidade no município e região; contribuir para a construção da identidade dos cursos de licenciatura da UEM, respeitando as especificidades locais de suas diversas extensões e das áreas de conhecimento; qualificar a formação de professores da Educação Básica no âmbito dos cursos de licenciatura da UEM, por meio da articulação dos domínios curriculares e da integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão e articular as atividades de formação dos cursos de licenciatura da UEM com a Educação básica e outros espaços educativos escolares e não escolares.

O curso de Pedagogia (Sede) ofertou dois núcleos, um em Gestão Escolar (com 27 residentes) e outro em Docência no Ensino Fundamental (com 26 residentes). O período de realização foi de setembro de 2018 a janeiro de 2020. O objetivo do núcleo em Gestão Escolar, objeto deste estudo, foi o aperfeiçoamento da formação acadêmica do residente, inserido-o no dia a dia escolar, com a finalidade de articular a teoria e a prática em relação ao trabalho da gestão escolar compreendendo as atribuições do pedagogo gestor. Atendendo ao Anexo III do Edital n. 06/2018-CAPES, o Plano de Atividades para o PRPP-Gestão Escolar prescrevia ações divididas em cinco modalidades: *Atividade de preparação*: por meio de estudos sobre o programa e sobre a relação entre teoria e prática profissional docente; *Ambientação na escola*: conhecer a escola (espaço físico, organização do processo de ensino); situar a escola no Sistema Nacional de Educação e conhecer a base legal que norteia as atividades de ensino: LDB, PNE, BNCC, PPP; *Preparação do Plano de Atividades*: elaborar individualmente o plano a partir do conhecimento da escola; e *Imersão na Escola*: participar nas atividades de formação docente; de elaboração do PPP; Conselhos de Classe; de aprendizagem dos alunos; de articulação da escola com as famílias e a comunidade; de intervenções pedagógicas e de integração entre escola e universidade; e *registro, avaliação e socialização dos resultados*: organização de Portfólio ou relatórios das atividades vivenciadas com reflexões descritivas; e a socialização dos resultados se daria através de realização de seminário.

No Plano Individual de Atividades os residentes registravam: a) atividades da residência desenvolvidas na universidade com encontros semanais para estudos teórico-práticos; b) atividades de Regência escolar desenvolvidas na escola campo; c) outras atividades desenvolvidas na escola realizadas extra sala de aula e, por fim, d) as atividades da residência

realizadas em outros espaços educacionais como a participação em congressos, viagens educativas, eventos culturais, feiras e outros.

Com base nestes objetivos e organização do PRPP-Gestão Escolar, foi estruturada a pesquisa realizada com os residentes, que é apresentada e discutida a seguir.

3. A PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES

No que se refere à pesquisa de campo, a escolha recaiu para a realização de um questionário com a finalidade de monitorar as atividades realizadas no Subprojeto Pedagogia-UEM, núcleo de Gestão Escolar. Conforme Vaitsman, Rodrigues e Paes-Souza (2006):

Monitoramento consiste no acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos programas e políticas em relação a seus objetivos e metas. É uma função inerente à gestão dos programas, devendo ser capaz de prover informações sobre o programa para seus gestores, permitindo a adoção de medidas corretivas para melhorar sua operacionalização. É realizado por meio de indicadores, produzidos regularmente com base em diferentes fontes de dados, que dão aos gestores informações sobre o desempenho de programas, permitindo medir se objetivos e metas estão sendo alcançados. (VAITSMAN; RODRIGUES; PAES-SOUSA, 2006, 21)

Considerando que este é um estudo para realização do trabalho de conclusão de curso, o levantamento de informações abrange uma das facetas da avaliação de monitoramento, sem, contudo, prejudicar a contribuição para os envolvidos no programa. Segundo os autores a pesquisa de monitoramento enquanto conceito

encerra uma ambigüidade e pode se referir a dois processos distintos, ainda que interligados. Por um lado, enquanto o acompanhamento dos programas se constitui em uma atividade interna da organização, um procedimento “a distância”, por outro, o monitoramento também se refere a processos “presenciais”, checagens locais, que acabam constituindo um tipo de pesquisa rápida, qualitativa, por meio da qual gestores, pesquisadores ou outros agentes podem verificar como a implementação está sendo realizada, e se está atingindo seus objetivos, além de verificar que problemas estão interferindo nas ações, processos e consecução dos objetivos previstos. (VAITSMAN; RODRIGUES; PAES-SOUSA, 2006, 22)

O questionário dirigido aos residentes bolsistas ou voluntários do PRPP-Gestão Escolar, constituiu-se num conjunto de 13 questões, sendo 9

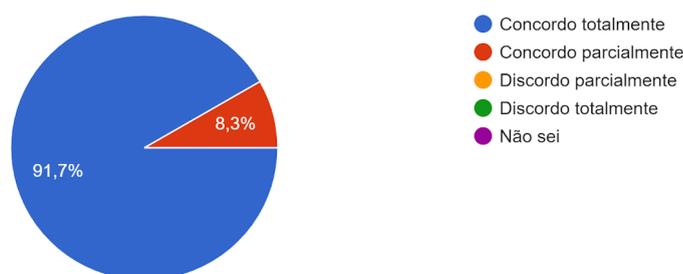
questões objetivas e 4 questões discursivas. As questões destacaram as experiências dos residentes com a escola (inserção, ambientação, relações e intervenção) e com as aprendizagens dos fundamentos teóricos e legais da educação escolar. O questionário formulado por meio digital (via *Google Forms*), foi aplicado no período de 17 a 25 de março, contando com 12 participações.

Sobre a “ambientação” na escola, 91,7% (11) responderam que houve atividade de ambientação na escola (Gráfico 1) indicando que conheceram a organização e função dos espaços físicos da escola.

GRÁFICO 1 - Pergunta 1

1- No início do Programa ocorreram atividades de “ambientação na escola” como conhecer o espaço físico e organização da escola?

12 respostas



Como a resposta não foi unânime, podemos inferir uma possível necessidade de aprimoramento no acolhimento e ambientação escolar, visando conhecer e entender-se no espaço escolar antes da imersão nas atividades. A respeito desse dado, é importante considerar que alguns residentes entraram no programa já em andamento. Por outro lado, a falta da ambientação inicial não impediu a permanência no Programa e a continuidade dos trabalhos.

As questões 2, 3, 4, 5 e 6 detiveram-se na finalidade mais ampla do programa que é a “relação entre teoria e prática profissional docente” (BRASIL, 2018, art. 2,1)⁶. Conforme 100% dos respondentes (Gráfico 2), o PRPP-Gestão

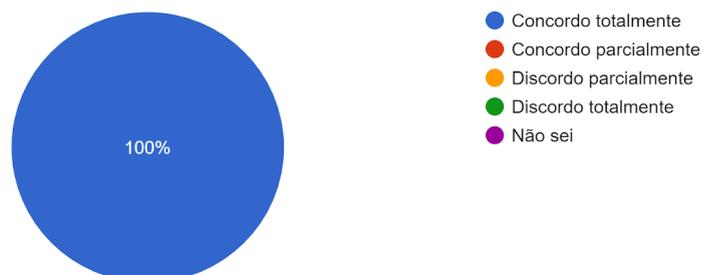
⁶ Portaria n. 38, de 28 de fevereiro de 2018, CAPES. “Art. 2º São objetivos do Programa de Residência Pedagógica: I. Aperfeiçoar a formação dos discentes dos cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e que conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;” (BRASIL, 2018, art. 2, 1)

Escolar possibilitou a compreensão da docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional.

GRÁFICO 2 - Pergunta 2

2- O Programa Residência Pedagógica possibilitou a compreensão da docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional?

12 respostas



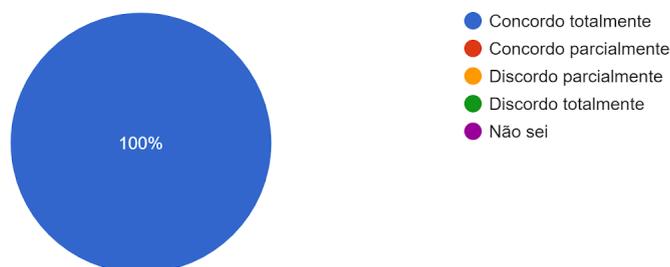
A concordância da totalidade dos respondentes aponta para o cumprimento de um de seus objetivos, que é o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre questões centrais da ação docente: intencionalidade, metodologia e o planejamento.

Na terceira pergunta 100% indicaram conhecimento dos instrumentos de trabalho pedagógico em gestão escolar e do docente (Gráfico 3). Essa pergunta ao reportar-se tanto aos instrumentos (Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento e Planejamento) quanto aos espaços participativos da gestão democrática (Conselho de Classe e Conselho Escolar), visa o monitoramento de ações que permitiram ao residente conhecer a escola em seus aspectos legais e organizacionais que vão incidir nas atividades do docente e de toda a escola.

GRÁFICO 3 - Pergunta 3

3- A participação no Programa possibilitou conhecer os instrumentos de trabalho do gestor como: PPP, Regimento, Planejamento e espaços de trabalho como Conselhos de Classe e Conselho Escolar?

12 respostas



Interligada à terceira pergunta, a subseqüente questiona a participação em experiências relacionadas à operacionalização da Gestão Democrática na escola, aproximando a relação teoria-prática. Em unanimidade (100%), os residentes consideram que compreenderam o funcionamento e a operacionalização da Gestão Democrática na organização da escola. Como apontado anteriormente neste trabalho, a Gestão Democrática é um conceito fundamental para os estudantes do curso de Pedagogia, uma vez que, na qualidade de gestor em escolas públicas, terá sob sua responsabilidade a condução e a realização dos processos democráticos, atendendo às determinações legais. A indicação é de que houve compreensão dos documentos e instâncias relacionados à gestão escolar.

As perguntas 5 e 6, monitoram a compreensão da articulação entre teoria e prática de duas formas. O Gráfico 4 mostra a percepção do residente sobre a relação entre os fundamentos teóricos e a prática educativa e o Gráfico 5 a vinculação entre os fundamentos legais e a gestão escolar.

GRÁFICO 4 - Pergunta 5

5- Durante sua participação no Programa Residência Pedagógica você conseguiu desenvolver atividades de articulação entre os fundamentos teóricos e a prática educativa?

12 respostas

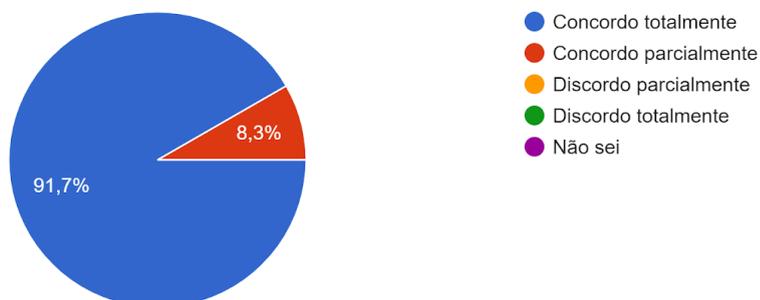
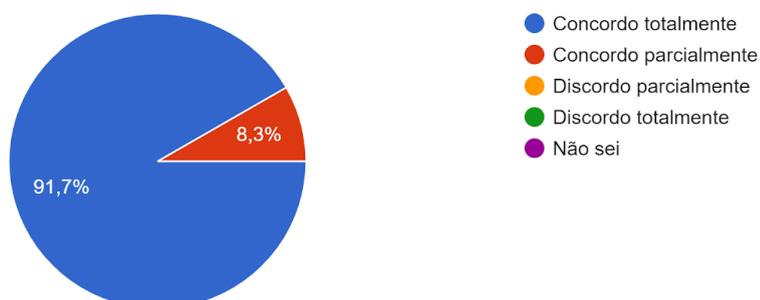


GRÁFICO 5 - Pergunta 6

6- As atividades permitiram compreender a relação entre a escola e as políticas de Educação como a LDB, PNE, BNCC?

12 respostas



Tanto na pergunta 5 (gráfico 4), quanto na 6 (gráfico 5), 8,3% concordam “parcialmente”, esse dado indica que, com relação ao objetivo de “situar a escola no Sistema Nacional de Educação e conhecer a base legal que norteia as atividades de ensino: LDB, PNE, BNCC, PPP”; não ficou plenamente compreendido. Nesse sentido, talvez como possibilidade para o aprimoramento, seja um maior aprofundamento nos estudos teóricos e nos próprios documentos e legislações, acompanhados de exercícios práticos de identificação de como os mesmos se manifestam no cotidiano escolar.

Por outro lado, a ampla maioria “concorda totalmente” (91,7%) que

houve articulação entre teoria e prática educativa e entre a organização da escola e as políticas educacionais. A compreensão da articulação entre a prática educativa e a teoria que a embasa, bem como entre a Gestão Democrática e os documentos norteadores da mesma, são centrais para o bom andamento da gestão do trabalho escolar e, por isso, figuravam entre os objetivos do PRPP-Gestão Escolar.

Desenvolver o significado da mediação necessária entre os documentos institucionais e a prática cotidiana, contribui para que a gestão da escola se fundamente em princípios democráticos. Caso não ocorra, como apontado anteriormente, há o risco dos documentos institucionais e das instâncias colegiadas se tornarem sem sentido para os que trabalham na instituição de ensino e para os que nela estudam. Isso significaria a perda da função social da escola e conseqüentemente da autonomia da escola. Por outro lado, entendemos que esse tema é amplo e não se reduz a um roteiro de orientações técnicas, exige apreensão do contexto social e educacional em seu movimento histórico.

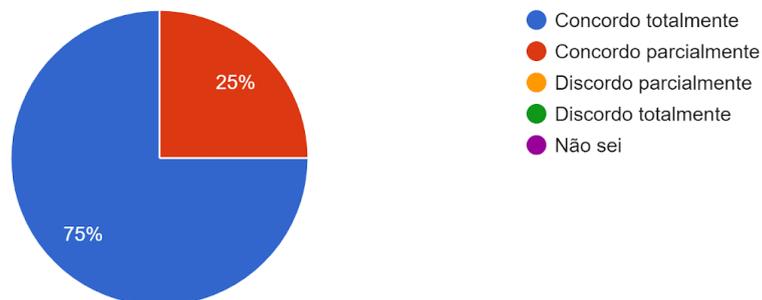
O que está apontado acima colocava-se como proposta na elaboração do “Diário de Bordo”, que representava um portfólio, no qual o residente registrava suas vivências na escola fazendo relação com os fundamentos teóricos, pedagógicos e legais norteadores das atividades do PRPP-Gestão Escolar. O “Diário de Bordo” caracterizava-se como um instrumento de reflexão sobre a escola e não apenas um registro frio de acontecimentos. Em outras palavras, é um instrumento no qual o residente precisa fazer o exercício de observar criticamente a realidade, fazendo ligação da prática educativa com os fundamentos teóricos da mesma.

Talvez o percentual de “concordo parcialmente” da questão anterior possa estar ligado ao percentual de “concordo parcialmente” expressado na pergunta 7:

GRÁFICO 6 - Pergunta 7

7- Fez registros em Diário de Bordo com reflexões teóricas?

12 respostas



Entre os respondentes, 3 (25%) concordam parcialmente sobre os próprios registros no Diário de Bordo com reflexões teóricas. A falta de reflexões teóricas a respeito da prática pode ser um fator de dificuldade na compreensão ampla dos processos. Por outro lado, devemos considerar que uma ampla maioria de 9 respostas (75%) concorda totalmente que fez os registros com as reflexões teóricas, o que aponta para uma formação sólida desenvolvida durante o Residência Pedagógica.

Com relação à divulgação e socialização dos resultados do trabalho realizado: 100% desenvolveram a socialização dos resultados. Vale ressaltar que os resultados dos trabalhos no Residência Pedagógica eram socializados, tanto a nível do núcleo nas reuniões entre os grupos das escolas-campo, quanto a nível interno da Universidade em eventos de troca de experiências entre os residentes e PIBIDIANOS de outros cursos e em evento entre os acadêmicos envolvidos em projeto de ensino na graduação. Houve também a participação de alguns residentes em eventos nacionais com a apresentação de trabalhos versando sobre as práticas e experiências do Programa.

As questões 9, 10 e 11 foram abertas para que os residentes pudessem expressar suas impressões sobre o programa. A questão 9 solicitava: “Registre três atividades ou vivências, em ordem de importância, relacionadas ao trabalho do pedagogo-gestor que mais marcaram sua experiência no RP Pedagogia/Gestão Escolar”. Entre as respostas dos residentes, as atividades que mais se repetiram e destacaram foram: Coordenação de reuniões com pais e responsáveis (7 menções); Pré-Conselhos e Conselhos de Classe (5

menções); atendimentos aos alunos (orientações, oficinas temáticas-formativas na escola-campo e em escolas da rede); Momentos culturais (na abertura dos encontros teóricos) e os estudos e trabalhos teóricos do programa (3 menções cada). Houve menção sobre a participação em eventos; a viagem histórica, cultural e pedagógica ao Paraná; participação em reuniões pedagógicas na escola-campo; realização do evento com o tema “Setembro Amarelo”; a apresentação do CEEBJA a acadêmicos da UEM; conversas individuais com pais e responsáveis a respeito do rendimento escolar de estudantes; reuniões de estudo e avaliação para atualização do PPP da escola; auxílio a estagiários de ensino superior que passavam inicialmente pela equipe de gestão antes de iniciar as atividades de ensino.

A menção de múltiplas atividades em resposta à questão 9 evidencia a imersão do residente na escola e nas ações formativas, caracterizando que os trabalhos e as relações programa/escola-campo, estão relacionadas de forma direta e indireta ao trabalho do gestor escolar o que representa um importante indicativo de que o PRPP-Gestão Escolar atingiu seu objetivo de imersão dos residentes na realidade do trabalho da escola, amparados pelas reflexões teóricas, conforme apontado nas respostas.

As perguntas 10 e 11 são destinadas a compreender a interação dos residentes com a preceptora, na escola, e com a docente orientadora do programa, no âmbito das aprendizagens e experiências desenvolvidas nestas relações. Na pergunta 10 que solicitava ao residente que : “Registre aprendizagens que marcaram sua relação com a preceptora (em ordem de importância)”, as respostas em ordem das aprendizagens mais mencionadas, estão: o compromisso da escola e da gestão em pautar-se nos documentos norteadores, tais como PPP, Regimento, legislações e etc.; à condução das relações família-escola; a observação e participação em conversas individualizadas, tanto com responsáveis quanto com alunos e comunidade em geral; forma de comportar-se nas relações escolares; como conduzir a resolução de situações “problemas” que surgem no cotidiano; a relação entre as esferas macro e micro da gestão; e sobre a relação entre a gestão escolar e a gestão democrática. A seguir destacamos algumas das respostas:

Ao acompanhar o trabalho da pedagoga (preceptora), contribuiu muito

para vivenciar novas experiências,aprendizado, etc. (Resposta 1)

Como me comportar em situações específicas que ocorrem na escola. A ter um olhar mais humano para os alunos e professores, o comprometimento com o trabalho, e todas as ações tomadas perante o regimento, PPP, da escola, como todos os outros documentos norteadores do nosso trabalho. (Resposta 3)

O conhecimento da escola na qual estava inserida, o conhecimento do que o pedagogo faz dentro da instituição, e a conversa em que a preceptora teve com um aluno, na qual eu presenciei e participei, também foi muito importante a conversa com os pais de alunos para explicar sobre a escola. (Resposta 4)

*Diálogos carregados de experiências e vivências ocorridas ao longo da carreira profissional/escolar da preceptora;
Observação e apreensão da forma (respeitosa) de se conduzir uma reunião com alunos e/ou pais e responsáveis, em momento individual ou coletivo. Ou seja, como passar confiabilidade, profissionalismo, além de aplicar o conhecimento;
Observar a forma de se resolver situações e problemas dentro do ambiente escolar - e até externo. (Resposta 6)*

1 - A importância do planejamento e do pedagogo estar sempre se atualizando. 2 - Como realizar um diálogo com todos da comunidade escolar. 3 - A importância do olhar e a empatia para com todos da escola, principalmente os alunos. 4 - Estabelecer um vínculo com os alunos para que se sintam seguros e acolhidos pela pedagoga e escola. (Resposta 7)

Os relatos mostram que a convivência com a profissional da área, no dia a dia de sua ação, somada ao estudo dos referenciais teóricos gerou aprendizagens que apenas a leitura de materiais não teria atingido. Os relatos reafirmam a importância da comunicação e da aprendizagem com profissionais com experiência no trabalho escolar. Chama a atenção, também, uma resposta, em que o residente destacou aprendizagens amplas, sobre a estrutura, o funcionamento e o pertencimento à escola, diferindo dos demais ao apresentar o seguinte texto:

Penso que não tenho condições de pontuar as aprendizagens que tive com a preceptora. Diferentemente do que muitas companheiras de PRP relatam, minha experiência ultrapassou o simples "orientar as atividades da escola". Fui capaz de perceber as relações de força que existem dentro da escola, a importância de cada profissional (independentemente da sua função, o contato acolhedor com quem necessita de um momento de desabafo. Um contato com a escola que não era somente como um "residente", mas como alguém integrante da escola. Talvez a leitura do diário de bordo poderia dar uma visão aproximada do que eu estou falando. (Resposta 10)

Na questão 11: “Indique o que significou os encontros (teórico-práticos)

com a professora-coordenadora do programa”, as citações destacaram que os encontros eram um espaço aberto ao diálogo; que possibilitaram compreender as relações entre teoria e prática, por meio dos estudos realizados; permitiram aprofundamento no sentido de entender os processos de gestão escolar, como maior conhecimento das instâncias colegiadas, da função social da escola e da função do pedagogo gestor. Entre as respostas, destacamos algumas que nos dão uma visão geral de como os residentes perceberam estes momentos teórico-práticos com a professora-coordenadora:

Um olhar mais aprofundado baseado na teoria para entender as atitudes que eram realizadas na prática e vice-versa. (Resposta 9)

Momentos de suma importância na formação enquanto residente e pedagogo no campo da gestão escolar. Além de ser um ambiente de debate e diálogo (respeitoso), com interação e afetividade. No mais, rerepresentava a “teoria” a ser apreendida, e posteriormente, materializada no “prático” dentro das escolas. (Resposta 2)

Foram relevantes para momentos de partilha e aprendizagem que envolvia elevar o conhecimento prático para uma práxis. (Resposta 5)

Outras respostas foram no sentido de apontar como as discussões dos encontros esclarecem as relações entre os acontecimentos da escola e a teoria que estudavam, dando ênfase às situações escolares:

Os encontros eram os momentos de entender o que vivíamos na escola e quais os melhores caminhos a percorrer quando nos faltava experiência, além das possibilidades de reflexão sobre o nosso papel enquanto pedagogos gestores e de residentes, tanto na escola quanto na comunidade. Os encontros, ainda, possibilitaram a vivência entre pesquisa, ensino e extensão pelas atividades que desenvolvemos e participamos ao decorrer do tempo. (Resposta 6)

Um grande aprendizado, não só no quesito acadêmico, como também para minha formação pessoal como ser humano. Além de diminuir o grande preconceito e aversão que possuía em relação à área das políticas, possibilitou a compreensão de como a escola se organiza e sua função social, como também qual é a função do pedagogo gestor. (Resposta 3)

Os encontros teóricos-práticos contribuiu muito para nossa compreensão de tudo o que estávamos vivendo na escola, foi de suma importância esses encontros para a compreensão do processo de gestão escolar e gestão democrática que sempre ouvimos falar. (Resposta 8)

De forma geral, os registros na questão 11 corroboram as respostas deste monitoramento em relação à convergência entre a teoria e a prática,

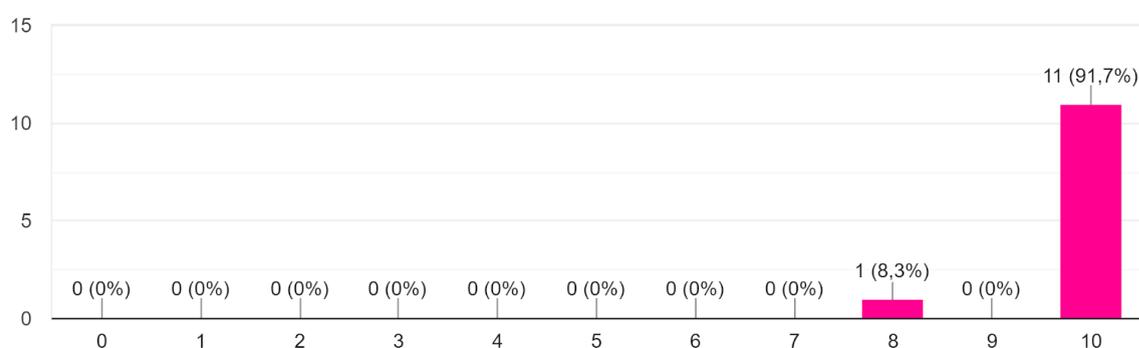
indicando como os encontros de estudos esclareceram dúvidas e ampliaram as compreensões acerca dessa relação.

Entre as questões, foi solicitado uma avaliação numérica, numa escala de 0 a 10, acerca da percepção dos residentes sobre a contribuição do Programa para sua formação nos processos que envolvem a gestão da escola (gráfico 7).

GRÁFICO 7 - Pergunta 12

12- Numa escala de 0 a 10, quanto você acredita que o Programa Residência Pedagógica contribuiu para melhor compreensão dos processos de gestão escolar?

12 respostas



Dos respondentes, 11 avaliaram a contribuição do PRPP-Gestão Escolar à sua formação com a escala máxima. Um residente (8,3%) avaliou numa escala 8. Esses dados externalizam que os residentes, de uma forma geral, reconhecem e percebem a contribuição dos estudos e das vivências do PRPP-Gestão Escolar em sua formação. Tais percepções revelam, ainda, o alcance que o Residência Pedagógica teve no processo de formação inicial dos acadêmicos.

A última questão foi aberta, não obrigatória, para observações e comentários gerais a respeito do PRPP-Gestão Escolar. Entre as manifestações houve vários elogios ao Programa e à equipe de coordenação e preceptoras. Alguns apontaram ter sido fundamental para formação, para o desenvolvimento profissional, e, novamente, alguns destaques para a compreensão da relação teoria-prática. Foi mencionado também a oportunidade de poder conhecer o trabalho do pedagogo fora da sala de aula,

como gestor. Entre as manifestações a respeito da importância e impacto do Programa para a formação humana e profissional, temos as seguintes respostas:

O programa é muito bom e vale muito a pena participar. (Resposta 1)

Foi fundamental para minha formação. Obrigada! (Resposta 3)

Participar da Residência Pedagógica teve um marco muito importante na minha vida, conheci o outro lado do pedagogo, sem ser em sala de aula. Antes confesso que tinha tabu, porém com o andamento da Residência, eu fui me apaixonando ainda mais por essa vertente. (Resposta 4)

O Residência Pedagógica foi uma oportunidade incrível que a graduação me proporcionou. Grata por ter conhecido tantas pessoas especiais. (Resposta 5)

O RP superou as expectativas, promoveu desafios, interação acadêmica e humana. Foi de fundamental importância para a formação enquanto pedagoga e ser humano. (Resposta 7)

Acredito que todos deveriam participar do programa Residência Pedagógica, ele nos aproxima mais de uma área de atuação do pedagogo que não temos muito durante nosso processo de formação que é a gestão. Fico muito feliz por ter participado desse programa, no qual contribuiu muito para minha formação acadêmica. (Resposta 8)

O Programa Residência Pedagógica contribuiu muito para minha formação, nele vimos coisas além do que aprendemos na graduação. No Programa estudamos a teoria e vemos como ela se aplica na prática. (Resposta 10)

Houve ainda uma resposta em que o residente apontou para a preparação e o comprometimento da equipe como fator fundamental para o bom funcionamento do Programa:

Vale ressaltar que o sucesso de tal programa dá-se ao pleno exercício da função dos coordenadores e preceptores. Trata-se de uma proposta muito bem organizada, que no curso de Pedagogia da UEM, contou com o bônus de uma gestão pessoal incrível. Apenas gratidão! (Resposta 6)

Outro residente observou que o nível de aprendizagem de cada participante varia de acordo com o comprometimento do mesmo:

Poder participar do PRP (Programa Residência Pedagógica) foi possível um desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal que não tem limites. A única questão que me chama a atenção é a forma como cada um dedica, não só o seu tempo, de maneira a poder elevar

a experiência para algo muito além do mínimo que eu vi muito acontecer. Poucas foram as pessoas que estavam dispostas a realizar uma dedicação que fosse condizente com sua disponibilidade, muitas vezes fazendo as atividades com má vontade, desculpinhas esfarrapadas e muita, mas muita, inveja de quem tornava o pouco que podia muito mais do que o mínimo. O julgamento de quem se deu o direito de fazer do projeto algo para mudar o próprio caminho acadêmico e profissional me decepcionou muito. Em especial quando relacionava ao voluntariado, tendo frases como "faz tudo isso para se aparecer", "olha lá, não consegue fazer nada sem chamar a atenção", "nossa, não para de falar neh", "Eu só quero ir embora e não acaba nunca". Algumas das frases que eu escutei diversas vezes. Muitas vezes o desgaste era grande, mas grade parte era simplesmente má vontade de fazer o mínimo que era para ser feito enquanto bolsista. (Resposta 10)

Como crítica, houve uma menção a falta de aprofundamento em algumas temáticas, o que o próprio residente justificou pela falta de tempo. Na mesma resposta, foi apontado o desejo de ter participado de mais formas de intervenção na escola:

Acredito que um fator negativo do programa foi a falta de aprofundamento de algumas temáticas em certos momentos, que devido ao tempo, quantidade de conteúdo e carga horária eram inevitáveis. Um segundo quesito que deixou a desejar foi em relação as vivências dentro do ambiente escolar, em que poderíamos ter devolvido muito mais para a comunidade escolar, em relação a projetos e intervenções, do que acabamos realizando. Isso me deixou um pouco frustrada e com desejo de voltar e fazer mais pela escola, devolvendo todo o conhecimento e aprendizado que adquiri participando do programa de Residência Pedagógica com foco na Gestão Escolar. (Resposta 9)

As respostas para a pesquisa de monitoramento apontam para a percepção dos residentes a respeito do PRPP-Gestão Escolar. A partir da análise das respostas, pudemos ver como estes estudantes perceberam o programa no contexto de sua própria formação e, até certo ponto, quais significados eles atribuíram para aquilo que vivenciaram. As contribuições destes residentes nos ajudam a pensar melhor o PRPP-Gestão Escolar e os seus objetivos, sendo possível traçar observações e sugestões para futuras edições.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira mais sintética, observamos que, ao longo do primeiro edital do PRPP-Gestão Escolar (2018-2020), os objetivos propostos para a sua

realização foram alcançados plenamente.

Apesar das diversas críticas tecidas em oposição ao PRP, como as relatadas por Jesus (2020), as quais segregavam o programa a uma posição de substituição do estágio obrigatório voltado para uma formação mais técnica do que teórico-prática, as respostas coletadas demonstraram um movimento voltado para uma visão colaborativa, ao invés de prejudicial, à formação inicial de professores. Não nega-se a possibilidade da realização do programa de forma a materializar a precarização do ensino, principalmente ao obrigatoriamente alinhar-se à BNCC, mas esse viés não foi contemplado nas observações e análises identificadas pela pesquisa.

Por mais que houveram complicações, como relatada na última questão, grande parte das respostas pontuaram o programa como relevante para a sua formação, principalmente com relação a interligação da teoria e prática dos conhecimentos que tange a gestão escolar.

Faz parte da formação dos futuros pedagogos gestores compreenderem os instrumentos da Gestão Escolar, os fundamentos e documentos que a compõem, bem como o princípio da Gestão Democrática. O conhecimento destes instrumentos e documentos, aliado ao aprofundamento das relações entre teoria e prática contribuem para um aprimoramento da formação do pedagogo, contribuindo, ainda, para que os instrumentos da Gestão Democrática não se tornem apenas documentos engavetados, ou instâncias tão somente burocráticas na escola.

Como analisado nas respostas elencadas, temos a considerar que as manifestações e percepções dos residentes apontam para uma ampla satisfação destes com o PRPP-Gestão Escolar, assim como uma alta percepção dos processos de formação desencadeados pelas vivências no mesmo.

A percepção geral dos residentes que participaram da pesquisa é que o Programa contribuiu para sua formação, para sua compreensão do funcionamento de uma escola, dos processos de gestão, das formas de condução da gestão escolar, etc. Além disso, é mencionado o enriquecimento que um programa como o Residência Pedagógica tem em sua formação. Dessa forma, a interpretação que temos é que o PRPP-Gestão Escolar tem cumprido seus objetivos, orientando seus residentes para o aprimoramento de sua

formação, maior compreensão dos processos de gestão escolar, o que tem sido percebido pelos alunos e alunas que dele participaram.

As eventuais falhas ou faltas, passíveis ao longo de qualquer programa de formação, devem ser pensadas como oportunidades de aprimoramento e desenvolvimento dos objetivos. Dessa forma, esperamos que este estudo possa contribuir com a compreensão do PRPP, em especial do núcleo de Gestão Escolar, auxiliando no monitoramento do Programa.

Vale ressaltar que conhecemos as limitações desse trabalho, impostas tanto ao tempo quanto à extensão de um artigo elaborado enquanto Trabalho de Conclusão de Curso. Este foi um estudo no sentido de olhar para um programa de grande relevância, significativo e importante para formação dos estudantes do curso de Pedagogia. Há espaço para outros estudos sobre o Programa, sendo que uma pesquisa a respeito do trabalho das preceptoras, por exemplo, seria de grande valia. Além desse, há ainda outros estudos a serem feitos sobre o tema uma vez que muitos aspectos não foram abordados neste trabalho. Esperamos poder continuar a trilhar esta seara.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto 5.800, de 08 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

BRASIL. **Decreto 5.803, de 08 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Observatório da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

BRASIL. **Decreto 7.219, de 24 de junho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.

BRASIL. **Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.

BRASIL. **Decreto 8.752, de 09 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 2016.

BRASIL. **Lei 10.260, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.

BRASIL. **Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.

BRASIL. **Lei 11.180, de 23 de setembro de 2005.** Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2005.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei 13.530, de 07 de dezembro de 2017.** Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2017.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. **Medida Provisória 213, de 10 de setembro de 2004.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2004.

BRASIL/MEC. **Edital N°. 02 de 26 de abril de 2007.** Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL/MEC. **Manual do Programa Especial de Treinamento - PET.** Brasília: SESU/MEC, 2001.

BRASIL/MEC. **Portaria Normativa nº 09/2009**. Institui o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica no âmbito do Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL/MEC. **Portaria Normativa nº 39/2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: MEC, 2007.

CAPES/MEC. **Edital nº 02/2008 CAPES/SESU**. BRASIL/MEC, 2008.

CAPES/MEC. **Edital nº 06/2018 CAPES**. BRASIL/MEC, 2018.

CAPES/MEC. **Portaria Gab nº 38, de 28 de fevereiro de 2018**. Institui o Programa de Residência Pedagógica. MEC/BRASIL, 2018.

CAPES/MEC. **Portaria nº 112 de 04 de junho de 2010**. BRASIL/MEC, 2010.

CAPES/MEC. **Portaria nº 175, de 07 de agosto de 2018**. Altera o Anexo I da Portaria nº 45, de 12 de março de 2018. MEC/BRASIL, 2018.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da educação superior no Brasil - o PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. **Educ. rev.** vol.32 no.4 Belo Horizonte Oct./Dec. 2016. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982016000400049&script=sci_arttext. Acesso em 08 janeiro 2021.

JESUS, Dedilene Alves de. Percepções dos residentes sobre a contribuição do programa de Residência Pedagógica na formação docente. **Práticas de Linguagem**, v. 10 n. 1 (2020): Residência Pedagógica em Debate. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/praticasdelinguagem/article/view/31461>. Acesso em 08 janeiro 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática. 5ª ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

MEC. **Programas do MEC voltados à formação de Professores**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=15944>. Acesso em jun./2020. 2020a.

MEC. **Programas e ações**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoas>. Acesso em jun./2020. 2020b.

NOMA, Amélia Kimiko; KOEPSEL, Eliana C. Navarro. Política e Planejamento Educacional no Contexto da Mundialização do Capital. In: LARA, Ângela M. de Barros; KOEPSEL, Eliana C. Navarro (Orgs.). **Gestão Educacional**. Formação de Professores EAD. Maringá, EDUEM, 2010. p.13-41.

PARANÁ. **Projeto Político Pedagógico do Colégio de Aplicação Pedagógica**. Maringá, 2016-2017. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1I4Ft1tSZzOnwLOB29kjJ7P5_GFnlIQ1x/view>

Acesso em: 31 março 2020.

PARANÁ/SEED. **Edital N° 017 de 18 de fevereiro de 2013**. Concurso Público de Provas e Títulos para provimento no cargo de Professor. Curitiba: SEED, 2013.

TAQUES, Mariana F.; CARVALHO, Paulla Helena S. de.; BONI, Ana Carolina S. Duarte; FANK, Elisane; LEUTZ, Marilda Alberton. O papel do pedagogo na gestão: possibilidades de mediação do currículo. In: **Organização do Trabalho Pedagógico**. Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED/PR. Curitiba: 2010.

UEM. **Edital N° 028 de 13 de julho de 2018**. Resultado da seleção para bolsistas residentes do Programa Residência Pedagógica - RP UEM. Maringá, 2018.

VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto W. S.; PAES-SOUSA, Rômulo. O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. **Policy Papers** /17. Brasília: UNESCO, 2006.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **RBPAE** – v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.